

PROCESSO Nº: 0401160000812026

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026	Data de Abertura: 10/06/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador
---------------------------------	---

Unidade Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Subsecretaria de Ciência e Tecnologia
----------------------	---

Objeto			
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação.			
Valor estimado			
Valor total (R\$): 57.408,44 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos).			
Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Não	Aberto	Menor valor Global
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Exigência de Amostra?	Participação de Consórcio
Sim	Não	Não	Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances
R\$ 1,00 (um real)

Agente de Contratação
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e http://licitanet.com.br , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação, conforme especificações contantes no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos.

1.3 - Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.483/2025, o Município de Arraial do Cabo faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1.4 - Cabe ressaltar que o valor esposto no art. 75, II da Lei 14.133/2021, fora atualizado pelo Decreto nº 12.807, de 29 de Dezembro de 2025, passando a ser **R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no LICITANET (<http://licitanet.com.br>).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o

PROCESSO Nº: 0401160000812026

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do site: <http://licitanet.com.br>, observando-se ao número do processo e o número da dispensa.

3.2. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **XX/XX/2026 até as 09:59 hrs.**

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

PROCESSO Nº: 0401160000812026

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 - O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 1,00 (um real).

3.9.3 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 - Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 - Quantidade.

4.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 - Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 - Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 - O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.10.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa

PROCESSO Nº: 0401160000812026

contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. FASE DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo eles:

5.2 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:

5.3 - Das exigências de habilitação:

5.4 - cópia da última alteração contratual;

5.5 - documentos dos sócios com poder de administração;

5.6 - cartão de CNPJ;

5.7 - certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Federal;

5.8 - certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual;

5.9 - certidão negativa de débitos referentes à Dívida Ativa Estadual;

5.10 - certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal, obtida junto ao município do domicílio da empresa;

5.11 - certificado de regularidade com o FGTS;

5.12 - certidão negativa de débitos trabalhistas;

5.13 - declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz;

5.14 - declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

5.15 - declaração de idoneidade no CEIS e CNEP;

5.16 - certidão negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;

5.17 - demonstração de regularidade no SICAF, se for o caso;

5.18 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.19 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

5.20 - Comprovação de certificações dos profissionais para desenvolver os serviços de forma satisfatória: Certificação LGPD, Certificação Threat Intelligence, Certificação CompTIA Pentest Plus, Certificação em Governança Corporativa de TI, OSWP, OSCP+, OSCP, Ethical Hacking Essentials e CompTIA Security+.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos por profissionais com experiência comprovada, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a qualidade, a eficiência e o cumprimento das obrigações legais decorrentes da execução do serviço. É vedada subcontratação das atividades devido a natureza do objeto ser altamente especializada, técnica e sensível, exigindo unidade metodológica, responsabilidade técnica integral e controle rigoroso sobre o acesso a informações críticas do órgão. O assessment em cibersegurança envolve a análise aprofundada de processos, sistemas, infraestrutura e dados institucionais, muitos deles sensíveis ou protegidos por legislação específica,

PROCESSO Nº: 0401160000812026

de modo que a pulverização das atividades entre diferentes executores comprometeria a confiabilidade, a coerência técnica e a segurança das informações analisadas.

6.2 Além disso, a subcontratação dificultaria a identificação clara de responsabilidades, fragilizando a governança contratual e a fiscalização da execução. A execução por múltiplos prestadores poderia gerar divergências metodológicas, inconsistências nos achados e sobreposição ou lacunas nas análises, reduzindo a qualidade dos resultados e a utilidade dos produtos entregues ao FME. A vedação assegura que a empresa contratada responda integralmente pela qualidade técnica, pela observância das normas e pela aderência às boas práticas, sem transferência ou diluição de responsabilidades.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

8. DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DO RECURSO

9.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br.

9.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.6 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

a - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);

b- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);

c- Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);

d- Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

8.7 - Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

PROCESSO Nº: 0401160000812026

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II- A apreciação dar-se-á em fase única;

9.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

9.9 - Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

9.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

9.11 - Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

9.12 - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

9.13 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

9.14 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.15 - A petição de impugnação/recurso apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador. No caso de impugnação deve vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

9.16 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

10.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

- 10.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 10.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 10.7 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 10.8 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.
- 10.9 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – VALORES ENCONTRADOS EM PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 01 de Junho de 2026.

DIOGO DOS SANTOS DE MORAES
Secretário Municipal de Compras e Licitações

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1 Trata-se de dispensa de licitação que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação
- 1.2 A participação de empresas em consórcio será admitida, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não havendo, para o presente objeto, justificativa técnica que imponha sua vedação. Ressalta-se que a análise acerca da necessidade ou restrição de participação em consórcio deve observar as características, complexidade e condições específicas de cada contratação.
- 1.3 , conforme condições, neste instrumento, conforme orienta o inc. II do Art. 75 da lei 14.133/21.
- 1.4 A presente contratação tem como fundamento o Estudo Técnico Preliminar do Processo Nº 10/2026.
- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Descrição do objeto:

Descrição
<p>1. Escopo do Assessment</p> <p>O assessment abrangerá, no mínimo, os seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none">1.1. Governança, Risco e Conformidade (GRC)1.2. Gestão de Ativos e Visibilidade1.3. Identidade, Autenticação e Controle de Acessos1.4. Proteção de Endpoints, Servidores e Workloads1.5. Segurança de Rede e Comunicações1.6. Gestão de Vulnerabilidades1.7. Segurança de Aplicações e Dados1.8. Monitoramento, Detecção e Análise1.9. Resposta a Incidentes e Recuperação1.10. Continuidade de Negócios e Resiliência Cibernética <p>2. Frameworks e Referências utilizadas</p> <p>O assessment será conduzido com base, entre outros, nos seguintes referenciais:</p> <ul style="list-style-type: none">2.1. NIST Cybersecurity Framework (CSF 2.0)2.2. ISO/IEC 27001 e ISO/IEC 270022.3. CIS Critical Security Controls v8



PROCESSO Nº: 0401160000812026

2.4. NIST SP 800-53, 800-61 e 800-92

2.5. MITRE ATT&CK (para análise de capacidades de detecção e resposta)

3. Metodologia

A execução do assessment seguirá metodologia estruturada, dividida em fases:

3.1. Planejamento e Kick-Off

3.1.1. Reunião inicial de alinhamento

3.1.2. Definição de escopo final e stakeholders

3.1.3. Planejamento das atividades e cronograma

3.2. Coleta de informações

3.2.1. Aplicação de questionários estruturados

3.2.2. Entrevistas remotas técnicas e executivas

3.2.3. Análise de documentos, políticas e evidências

3.2.4. Levantamento de processos e controles existentes

3.3. Avaliação de Maturidade

3.3.1. Classificação dos controles por nível de maturidade (0 a 5)

3.3.2. Avaliação por domínio e por framework

3.3.3. Identificação de lacunas e fragilidades

3.4. Análise de Riscos

3.4.1. Identificação de riscos cibernéticos relevantes

3.4.2. Avaliação de impacto e probabilidade

3.4.3. Correlação entre gaps técnicos e riscos de negócio

3.5. Consolidação e Validação

3.5.1. Consolidação dos achados

3.5.2. Validação técnica com os responsáveis

3.5.3. Ajustes e refinamentos finais

4. Modelo de Maturidade

Os controles serão avaliados segundo o seguinte modelo

Nível	Descrição
0	Inexistente
1	Inicial / Ad-hoc
2	Parcial
3	Definido
4	Gerenciado
5	Otimizado



PROCESSO Nº: 0401160000812026

5. Entregáveis

Ao final do Assessment, serão entregues, no mínimo:

5.1. Relatório Técnico Detalhado

- 5.1.1. Avaliação por domínio
- 5.1.2. Pontuação de maturidade
- 5.1.3. Gaps identificados
- 5.1.4. Evidências analisadas

5.2. Relatório Executivo

- 5.2.1. Visão consolidada de riscos
- 5.2.2. Principais fragilidades
- 5.2.3. Impactos ao negócio
- 5.2.4. Prioridades estratégicas

5.3. Mapa de Maturidade

- 5.3.1. Radar ou matriz por domínio

5.4. Análise de Gaps

- 5.4.1. Comparativo com frameworks de referência

5.5. RoadMap de Evolução em Segurança

- 5.5.1. Curto, médio e longo prazo
- 5.5.2. Ações priorizadas por risco e esforço

6. Premissas e Dependências

- 6.1. Disponibilidade de informações e documentos pela organização
- 6.2. Participação dos stakeholders definidos
- 6.3. Acesso às evidências necessárias para validação
- 6.4. O assessment não inclui testes intrusivos, exploração de vulnerabilidades ou pentests, salvo contratação específica

7. Benefícios

- 7.1. Visão clara e estruturada da postura de segurança
- 7.2. Redução de riscos cibernéticos e operacionais
- 7.3. Suporte à tomada de decisão executiva
- 7.4. Base técnica para investimentos e projetos futuros
- 7.5. Alinhamento às melhores práticas e requisitos regulatórios
- 7.6. Preparação para auditorias, certificações ou licitações

8. Objetivo Geral:

PROCESSO Nº: 0401160000812026

O	<p>8.1. Avaliar de forma abrangente a postura de Segurança da Informação e Cibersegurança da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia, considerando pessoas, processos, tecnologias e governança, com base em frameworks internacionais.</p> <p>9. Objetivos Específicos:</p> <p>9.1. Avaliar o nível de maturidade dos controles de segurança</p> <p>9.2. Identificar riscos cibernéticos relevantes ao negócio</p> <p>9.3. Mapear Gaps em relação às melhoras práticas do mercado</p> <p>9.4. Avaliar a capacidade de prevenção, detecção, resposta e recuperação</p> <p>9.5. Fornecer recomendações técnicas e estratégicas</p> <p>9.6. Subsidiar decisões executivas, técnicas e orçamentárias</p>
---	---

prazo para execução será de 3 (três) meses a partir da publicação no PNCP

A vigência da contratação será de 6 (seis) meses, a partir da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado mediante comprovada justificativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O FME detém elevada responsabilidade na gestão de seus processos administrativos, operacionais e finalísticos, uma vez que deles dependem a execução de políticas públicas, a continuidade dos serviços essenciais e a correta aplicação dos recursos públicos. Em um cenário cada vez mais digital, esses processos estão diretamente sustentados por sistemas de informação, bases de dados e infraestrutura tecnológica que concentram informações estratégicas, dados pessoais de cidadãos, registros administrativos, financeiros e educacionais, além de informações sensíveis para a tomada de decisão governamental. A adequada gestão desses ativos não é apenas uma questão operacional, mas um dever institucional associado aos princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade pública.

2.2 Nesse contexto, a ausência de uma visão clara e estruturada sobre os riscos, fragilidades e níveis de maturidade dos processos de segurança e tecnologia da informação amplia de forma significativa a exposição do Município a falhas operacionais, incidentes de segurança e interrupções de serviços. A complexidade dos fluxos administrativos, somada à interdependência entre sistemas e áreas, exige que a administração compreenda de forma precisa como seus processos estão organizados, quais ativos os suportam e quais vulnerabilidades podem comprometer sua continuidade. Sem esse entendimento, a gestão torna-se baseada em percepções

fragmentadas, dificultando o controle efetivo e a adoção de medidas proporcionais à criticidade de cada processo.

- 2.3 A responsabilidade do FME também se reflete no dever de proteger as informações sob sua guarda, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados institucionais e pessoais. Falhas nesse gerenciamento podem resultar não apenas em prejuízos operacionais, mas em impactos diretos ao cidadão, como a interrupção de serviços públicos, o uso indevido de informações e a perda de confiança na administração. Além disso, o FME deve ser capaz de demonstrar, de forma objetiva, que adota práticas adequadas de gestão de riscos, segurança da informação e governança de tecnologia, especialmente diante de órgãos de controle, auditorias e demais instâncias fiscalizatórias.
- 2.4 Diante dessa elevada responsabilidade, torna-se evidente a necessidade de conhecer, avaliar e controlar de maneira sistemática os processos, a infraestrutura e os ativos de tecnologia da informação que sustentam a atuação municipal. Essa necessidade decorre não da adoção de soluções específicas, mas do próprio dever institucional de assegurar que a administração pública opere de forma segura, eficiente, transparente e resiliente, reduzindo riscos, prevenindo falhas e garantindo a continuidade dos serviços públicos essenciais à população.
- 2.5 A inexistência de um processo formal de avaliação impede a identificação sistemática de riscos e vulnerabilidades presentes nos processos, sistemas e fluxos de informação. Falhas de segurança, configurações inadequadas, acessos excessivos ou indevidos e práticas obsoletas tendem a permanecer ocultos, aumentando a exposição do órgão a incidentes cibernéticos, indisponibilidade de serviços e comprometimento da integridade e confidencialidade das informações. Nesse contexto, a administração atua de forma reativa, respondendo a eventos apenas após a sua ocorrência, muitas vezes com impactos amplificadas pela falta de preparo prévio.
- 2.6 Outro aspecto crítico é a dificuldade em mensurar o grau de maturidade da segurança e da tecnologia da informação. A ausência de parâmetros, métricas e indicadores impede que a administração compreenda seu nível de aderência a boas práticas, normas técnicas e modelos de governança reconhecidos. Sem esse entendimento, torna-se inviável estabelecer prioridades, avaliar a efetividade de controles existentes e direcionar esforços de forma racional e proporcional aos riscos envolvidos, o que resulta em ações pontuais, desconectadas e sem continuidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 O assessment tem como objetivo identificar os gaps de maturidade existentes nos processos de segurança e tecnologia da informação, evidenciando o nível atual de aderência a boas práticas e modelos de governança. Busca ainda identificar os riscos críticos de segurança que possam comprometer a continuidade dos serviços, a integridade das informações e a confiança institucional. O trabalho permite identificar oportunidades de otimização de custos, ao apontar ineficiências, sobreposições de controles ou investimentos desalinhados ao nível de risco. Também visa identificar o grau de conformidade regulatória, verificando a aderência a normas, legislações e requisitos aplicáveis. Adicionalmente, possibilita identificar de forma estruturada os ativos de tecnologia e informação que sustentam os processos institucionais. Por fim, permite identificar a ausência de soluções, controles ou práticas que aumentem a resiliência operacional e a capacidade de resposta do órgão frente a incidentes e situações adversas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Garantia da contratação:

- 4.1.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.2 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

A CONTRATADA deverá assumir compromisso formal de confidencialidade absoluta sobre todas as informações, dados, documentos, registros, evidências técnicas, credenciais, configurações, relatórios e quaisquer outros elementos a que tiver acesso em razão da execução do assessment de cibersegurança, obrigando-se a não divulgar, compartilhar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidade diversa da execução contratual, devendo firmar Acordo de Confidencialidade

A CONTRATADA deverá assegurar que todo tratamento de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução dos serviços ocorra em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a atuar exclusivamente mediante instruções formais da CONTRATANTE, na condição de operadora de dados, quando aplicável, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito

Sempre que a execução envolver entrevistas, coleta de informações estratégicas ou acesso a áreas consideradas críticas, a CONTRATANTE poderá exigir a assinatura de termo de

confidencialidade individual e específico por parte de cada profissional da CONTRATADA e, quando aplicável, por entrevistados internos ou externos envolvidos no processo, contemplando escopo delimitado, classificação da informação, restrição de compartilhamento, responsabilidade por violação e previsão de sanções

Adicionalmente, a CONTRATADA deverá adotar políticas internas de segurança da informação compatíveis com boas práticas reconhecidas de mercado, assegurando que os dados coletados sejam armazenados de forma segura, com controle de acesso baseado em privilégio mínimo, criptografia quando aplicável, segregação de ambientes e descarte seguro das informações ao término do contrato, mediante comprovação formal à CONTRATANTE.

4.3 Sustentabilidade:

- 4.3.1 Deverá ser observado os princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, de modo a minimizar impactos indiretos ao meio ambiente, promover o uso racional de recursos e assegurar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Deverá priorizar a execução de atividades por meios digitais e remotos, reduzindo a necessidade de deslocamentos, consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos físicos, como impressões e materiais descartáveis.
- 4.3.2 Também deverá estimular práticas de eficiência energética e uso responsável da infraestrutura tecnológica, evitando o consumo excessivo de recursos computacionais e de armazenamento de dados, bem como prevendo procedimentos adequados para descarte seguro de informações digitais ao término das atividades. Tais práticas contribuem para a redução da pegada ambiental associada ao uso intensivo de tecnologias da informação.

4.4 Subcontratação:

- 4.4.1 Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos por profissionais com experiência comprovada, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a qualidade, a eficiência e o cumprimento das obrigações legais decorrentes da execução do serviço. É vedada subcontratação das atividades devido a natureza do objeto ser altamente especializada, técnica e sensível, exigindo unidade metodológica, responsabilidade técnica integral e controle rigoroso sobre o acesso a informações críticas do órgão. O assessment em cibersegurança envolve a análise aprofundada de processos, sistemas, infraestrutura e dados institucionais, muitos deles sensíveis ou protegidos por legislação específica, de modo que a pulverização das atividades

entre diferentes executores comprometeria a confiabilidade, a coerência técnica e a segurança das informações analisadas.

- 4.4.2 Além disso, a subcontratação dificultaria a identificação clara de responsabilidades, fragilizando a governança contratual e a fiscalização da execução. A execução por múltiplos prestadores poderia gerar divergências metodológicas, inconsistências nos achados e sobreposição ou lacunas nas análises, reduzindo a qualidade dos resultados e a utilidade dos produtos entregues ao FME. A vedação assegura que a empresa contratada responda integralmente pela qualidade técnica, pela observância das normas e pela aderência às boas práticas, sem transferência ou diluição de responsabilidades.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1 A referida execução de serviços e elaboração deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2 O prazo para início da execução dos serviços contratados será de 3 (três) meses, contados a partir da publicação da contratação no PNCP.
- 5.3 O recebimento do relatório apresentado pela CONTRATADA poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4 CONTRATADA deverá ter disponibilidade para apresentação do relatório resultante das atividades desempenhadas em concordância com este Termo, conforme agendamento com a CONTRATANTE.
- 5.5 Em decorrência da apresentação, e na ocasião desta, a CONTRATANTE poderá sugerir ajustes e/ou correções em qualquer parte do relatório apresentado pela CONTRATADA, desde que não altere a essência técnica do conteúdo apresentado e em concordância com a CONTRATA a mesma, com o objetivo de melhor adequar à realidade do ambiente Tecnológico da CONTRATANTE.
- 5.6 A execução dos serviços se dará de forma contínua, por meio da disponibilização de equipe técnica qualificada e seguindo um cronograma de atividades que devem incluir no mínimo: atendimento, acompanhamento e entrega de relatórios.
- 5.7 O contratado deverá manter fluxo eficiente e constante de comunicação institucional com os demais setores envolvidos, assegurando alinhamento técnico, colaboração mútua e complementaridade entre as funções, vedada a sobreposição ou usurpação de competências institucionais.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

5.8 Será exigido o registro sistemático e estruturado das atividades executadas, mediante relatórios técnicos mensais de acompanhamento e desempenho, os quais deverão ser apresentados ao FME para fins de controle, fiscalização, aferição da conformidade contratual e avaliação da efetividade dos serviços.

5.9 Considerando o escopo e a natureza integrada da contratação, o serviço caracteriza-se como único, uma vez que o relatório final do assessment, contendo os indicadores de maturidade em cibersegurança, constitui o elemento central e indissociável do objeto contratado.

6. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1 Os objetos serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

6.2 Inicialmente, o recebimento primário do serviço se dá com a execução efetiva das atividades de análise, que compreendem o levantamento de informações, entrevistas com os responsáveis, coleta de evidências, avaliação de processos, políticas, controles técnicos e organizacionais, bem como a realização de testes, quando aplicável. Essa primeira análise deverá ser iniciada em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da emissão da ordem de serviço que será realizado na Sede da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia no endereço Rua Projetada E Nº 41, Prainha, Arraial do Cabo.

6.3 Realizada a análise, a CONTRATADA deverá realizar a entrega do relatório Assessment, que consolidará os achados, evidências, diagnósticos de nível de maturidade, identificação de riscos e vulnerabilidades. Esse relatório poderá ser entregue por meio remoto, via e-mail institucional: cienciaetecnologia@edu.arraial.rj.gov.br ou entregue na Sede da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia em até 30 (trinta) dias corridos após a finalização da execução das análises.

7. FORMA DE SELEÇÃO

7.1 Trata-se da licitação na modalidade dispensa de licitação, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento menor preço.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Das exigências de habilitação:

PROCESSO Nº: 0401160000812026

cópia da última alteração contratual;

documentos dos sócios com poder de administração;

cartão de CNPJ;

certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Federal;

certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual;

certidão negativa de débitos referentes à Dívida Ativa Estadual;

certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal, obtida junto ao município do domicílio da empresa;

certificado de regularidade com o FGTS;

certidão negativa de débitos trabalhistas;

declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz;

declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

declaração de idoneidade no CEIS e CNEP;

certidão negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;

demonstração de regularidade no SICAF, se for o caso;

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

Comprovação de certificações dos profissionais para desenvolver os serviços de forma satisfatória: Certificação LGPD, Certificação Threat Intelligence, Certificação CompTIA Pentest Plus, Certificação em Governança Corporativa de TI, OSWP, OSCP+, OSCP, Ethical Hacking Essentials e CompTIA Security+.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O acompanhamento e a FISCALIZAÇÃO da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do serviço, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133 de 2021 e nos arts. 107 e 109 do Decreto Municipal 4.483/25

PROCESSO Nº: 0401160000812026

9.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do serviço e do contrato.

9.3 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado no serviço deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.4 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º, 2º, 3º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal 4483/2025 e 4484/2025.

9.6 A FISCALIZAÇÃO de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Do Gestor do Contrato:

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações o contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

V - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos;

Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

9.8 Do fiscal do Contrato:

Caberá ao fiscal técnico-administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;

IX - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

X - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

XI - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

XII - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação do fornecimento do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos equipamentos entregues.

Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA realize a avaliação de desempenho e qualidade dos equipamentos fornecidos.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade no fornecimento em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

A FISCALIZAÇÃO de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios ocultos, defeitos de fabricação ou fornecimento de equipamentos inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1 LIQUIDAÇÃO:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dias úteis após a emissão Termo de Recebimento Definitivo para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a data da emissão;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

-
- os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Constatando-se, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

10.2 PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas e devidamente justificadas nos autos, nos termos do art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o que não se aplica à presente contratação.

1No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

10.3 FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

10.4 REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

O reajuste será realizado por apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 infrações e sanções administrativas – (Art. 35, § 1º, XIV, D. 4.483/2025)

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.4 Multa:

Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” a “k” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “g”, de 15% (quinze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

Caso a proposta comercial não contenha indicação expressa de endereço eletrônico, será utilizado, para o fim descrito acima, o correio eletrônico constante do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e nos documentos cadastrais serão considerados meios oficiais e permanentes de comunicação da empresa, presumindo-se sua validade para todos os efeitos, não cabendo alegação de desconhecimento quanto às comunicações que a eles forem regular e comprovadamente encaminhadas pela Administração.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

os danos que dela provierem para o Contratante; e

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado conforme média encontrada, comparando a contratação realizada pelos municípios abaixo é de R\$ 43.993,33 (quarenta mil novecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos), conforme tabela abaixo:

Descrição	Órgão	Valor	Média
Contratação de empresa especializada e qualificada para prestação de serviços de	Loteria do Estado do Paraná – Contrato N° 007/2025	R\$ 67.980,00	R\$ 43.993,33
	Fundo Municipal de Assistência	R\$ 30.000.00	

PROCESSO Nº: 0401160000812026

assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação	Social de Pedrinhas		
	Município de Ipojuca	R\$ 34.000,00	

12.2 cumpre ressaltar que a Pesquisa de Preços que vai definir o valor a ser usado como referência na licitação será realizada pelo setor competente da Secretaria de Compras e Licitações.

13.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação por parte da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia:

2.007.001. 04.126.0001.1.046 – Reestruturação e Modernização da Tecnologia da Informação - FICHA 213 – 4.4.90.40.00.00 – (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica) – FR: 1.501. 0000..

13.2 O setor competente pelas fases de execução orçamentária e financeira poderá, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, rever a programação orçamentária e promover a adequação da dotação, caso entenda necessário, inclusive quanto à classificação ou reforço de crédito, sem prejuízo do disposto neste item e desde que preservada a finalidade da despesa e a regularidade da contratação

14.DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14.2 Os casos omissos neste Termo de Referência serão dirimidos pelo Fundo Municipal de Educação, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.3 Eventuais ajustes de natureza formal ou procedimental que não impliquem alteração do objeto, do valor, da forma de execução ou dos fundamentos que ensejaram a contratação direta poderão ser promovidos pela Administração, desde que devidamente motivados e formalizados nos autos

14.4 A eventual nulidade de quaisquer disposições deste Termo de Referência não prejudicará a validade das demais, que permanecerão em pleno vigor, desde que preservada a finalidade pública da contratação.



PROCESSO Nº: 0401160000812026

Elaborado por:	Aprovado por:
<hr/> <p>Caio Freitas dos Santos Assessor IV Mat. 67.062</p>	<hr/> <p>Bernardo Martins de Alcântara Veiga da Silva Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer. Mat. 56.963</p>

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela

PROCESSO Nº: 0401160000812026

veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.arraial.rj.gov.br
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

PROCESSO Nº: 0401160000812026

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO: 0401160000812026 /2026

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: _____

PROCESSO Nº: 0401160000812026

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ CNPJ: _____

E-mail: _____

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Preço MENSAL	PREÇO GLOBAL ANUAL
ITEM 01	Descrição resumida do item	SERVIÇO	R\$	R\$

1) Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Dispensa Eletrônica nº ____/2026.

2) O prazo de validade desta proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:

Arraial do Cabo, ____ de ____ de 2026

Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído

ANEXO IV – VALORES ENCONTRADOS NA PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	
------	-----------	-------	-----	--



PROCESSO Nº: 0401160000812026

				VALOR TOTAL REFERENCIAL (Anual)
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessment para avaliação de segurança cibernética e de tecnologia da informação	1	SERV	R\$ 57.408,44

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

PROCESSO Nº: 0401160000812026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x, QUE FAZEM
ENTRE SI O XXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1			

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Dispensa de Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados a partir da publicação no PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (PNCP).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

PROCESSO Nº: 0401160000812026

1.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não é admitida a subcontratação de nenhuma parte do objeto deste contrato de acordo com Clausula própria e versado no Termo de Referência (Anexo I) no item 4.4.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, além daquelas avençadas em Termo de Referência:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes relacionados à execução do objeto;
- b) Verificar a conformidade dos serviços realizados com as especificações constantes no edital;
- c) Prestar esclarecimentos e informações pertinentes que venham a ser solicitadas;
- d) Notificar a contratada da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, e fixar prazo para correção;
- e) Solicitar o afastamento de funcionário da contratada cujo comportamento ou capacidade laboral esteja em desacordo com as disposições contratuais e legais;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como de eventuais termos aditivos;
- g) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas;
- h) Aplicar penalidades administrativas, no caso de descumprimento de obrigações contratuais.
- i) Fornecer tempestivamente a documentação necessária para a regular execução dos serviços, tais como laudos, registros e autorizações de uso;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Além das avençadas em Termo de Referência, as obrigações do contratado são as seguintes:

- 9.1 Manter, durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- 9.2 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, adequando-se aos regulamentos da Contratante;
- 9.3 Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização ao serviço em contratação;
- 9.4 Indicar, formalmente, representante devidamente habilitado a quem caberá gerir e controlar a execução dos serviços, bem como zelar pelo seu bom andamento, pelo estrito respeito às normas legais e contratuais e providenciar atendimento de determinações da Contratante;
- 9.5 Os funcionários da contratada devem se reportar ao preposto, e não à fiscalização, ficando inexistente a pessoalidade ou relação de subordinação direta a este com a Administração;
- 9.6 Responder, de forma direta e exclusiva, por quaisquer danos decorrentes da execução do contrato, sejam eles materiais, pessoais, ambientais ou patrimoniais;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

-
- 9.7 Responder integral e exclusivamente por todos os atos praticados pelas subcontratadas, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.8 Atender prontamente às determinações da fiscalização da CONTRATANTE quanto à substituição ou exclusão de subcontratadas que descumprirem as condições contratuais.
- 9.9 Assumir integral responsabilidade por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e securitárias decorrentes da execução do contrato;
- 9.10 Arcar com todos os encargos, tributos e despesas necessários à execução contratual, sem qualquer repasse adicional à Administração.
- 9.11 Cientificar, imediatamente, à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- 9.12 Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;
- 9.13 Manter toda a documentação contratual e técnica disponível para auditorias, inspeções e análises dos órgãos de controle interno e externo;
- 9.14 Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou mal feitos nos trabalhos objeto do contrato, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização;
- 9.15 Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização;
- 9.16 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários os pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas, emolumentos e licenças concedidas pelo poder público;
- 9.17 Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado;
- 9.18 Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados na lei federal nº 14.133/21
- 9.19 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas disciplinares da contratante; prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1 infrações e sanções administrativas – (Art. 35, § 1º, XIV, D. 4.483/2025)

PROCESSO Nº: 0401160000812026

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.2.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3 der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.4 Multa:

11.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

11.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” a “k” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

11.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

11.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “g”, de 15% (quinze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

11.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação

11.4.7 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4.8 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.11 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4.13 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.4.14 Caso a proposta comercial não contenha indicação expressa de endereço eletrônico, será utilizado, para o fim descrito acima, o correio eletrônico constante do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica.

11.4.15 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e nos documentos cadastrais serão considerados meios oficiais e permanentes de comunicação da empresa, presumindo-se sua validade para todos os efeitos, não cabendo alegação de desconhecimento quanto às comunicações que a eles forem regular e comprovadamente encaminhadas pela Administração.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

PROCESSO Nº: 0401160000812026

VII – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Arraial do Cabo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

PROCESSO Nº: 0401160000812026

17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7 O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17.18 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

17.18.1 A CONTRATADA deverá assumir compromisso formal de confidencialidade absoluta sobre todas as informações, dados, documentos, registros, evidências técnicas, credenciais, configurações, relatórios e quaisquer outros elementos a que tiver acesso em razão da execução do assessment de cibersegurança, obrigando-se a não divulgar, compartilhar, reproduzir ou utilizar tais informações para finalidade diversa da execução contratual, devendo firmar Acordo de Confidencialidade

17.18.2 A CONTRATADA deverá assegurar que todo tratamento de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução dos serviços ocorra em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a atuar exclusivamente mediante instruções formais da CONTRATANTE, na condição de operadora de dados, quando aplicável, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a

PROCESSO Nº: 0401160000812026

proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito

17.18.3 Sempre que a execução envolver entrevistas, coleta de informações estratégicas ou acesso a áreas consideradas críticas, a CONTRATANTE poderá exigir a assinatura de termo de confidencialidade individual e específico por parte de cada profissional da CONTRATADA e, quando aplicável, por entrevistados internos ou externos envolvidos no processo, contemplando escopo delimitado, classificação da informação, restrição de compartilhamento, responsabilidade por violação e previsão de sanções

17.18.4 Adicionalmente, a CONTRATADA deverá adotar políticas internas de segurança da informação compatíveis com boas práticas reconhecidas de mercado, assegurando que os dados coletados sejam armazenados de forma segura, com controle de acesso baseado em privilégio mínimo, criptografia quando aplicável, segregação de ambientes e descarte seguro das informações ao término do contrato, mediante comprovação formal à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Arraial do Cabo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– ANEXO

ANEXO I – Termo de Referência

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____



PROCESSO Nº: 0401160000812026

2-
